

ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, SA

**CADERNO DE ENCARGOS PARA O FORNECIMENTO DE OXIGÉNIO LÍQUIDO PARA
CONTROLO DE SEPTICIDADE NAS CONDUTAS**

PRC/2022/024/DAR/CP

CADERNO DE ENCARGOS

MARÇO 2022

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar cujo objeto consiste no fornecimento, pelo Adjudicatário, de Oxigénio líquido para controlo de septicidade em condutas elevatórias que transportam esgoto bruto, com observância das características técnicas constantes do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos.
2. A presente aquisição de bens inclui ainda no seu âmbito as seguintes atividades:
 - a) Instalação e manutenção de todos os equipamentos e acessórios a esta atividade, que compõem os sistemas de armazenamento, doseamento e injeção de oxigénio, sendo esses equipamentos propriedade do Adjudicatário;
 - b) Instrução dos processos de licenciamento das instalações de acordo com a Instruções Técnicas Complementares (ITC) constante do despacho n.º 24261/2007;
 - c) Remeter os processos de licenciamento à entidade licenciadora.
3. O Adjudicatário obriga-se a fornecer, pelo preço indicado no contrato, oxigénio puro a granel para injeção nas condutas elevatórias referidas, bem como a instalação e manutenção de todos os equipamentos e acessórios a esta atividade.
4. Os sistemas de armazenamento, doseamento e injeção de oxigénio, deverão respeitar as características técnicas definidas no **Anexo I** e serem instalados nos recintos das estações elevatórias, cujas localizações estão identificadas no **Anexo III** ao presente Caderno de Encargos.
5. As quantidades de reagente previstas no âmbito do presente procedimento encontram-se definidas no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos.
6. As quantidades de reagente a fornecer, previstas no número anterior, são estimadas, e como tal, possuem natureza meramente indicativa para o período de vigência do contrato, não consubstanciando qualquer vinculação relativa à aquisição de quantidades mínimas por parte da Contraente Público.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os esclarecimentos e as retificações relativos aos Caderno de Encargos;

- b) Os suprimentos dos erros e das omissões dos Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - c) Os presentes Caderno de Encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo fornecedor;
 - f) O clausulado contratual.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.

Cláusula 3.^a

Prazo contratual

1. Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do seu termo, o contrato vigorará pelo período de 3 (três) anos, a contar da data da sua assinatura.
2. Independentemente do decurso do prazo referido no número 1 o Contrato cessará imediatamente quando os pagamentos realizados ao Adjudicatário perfaçam o valor de 242.235,00€ (*duzentos e quarenta e dois mil, duzentos e trinta e cinco euros*), sem IVA incluído, ou seja, quando for atingido o preço contratual máximo.

CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 4.^a

Obrigações do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e nos presentes Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do Adjudicatário as seguintes:
- a) Entregar o produto em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina, nos locais definidos pelo Contraente Público, nos termos e no prazo máximo estabelecido no presente Caderno de Encargos;

- b) Fornecer o produto em conformidade com a proposta apresentada, com as normas legais aplicáveis ao exercício da atividade, com as características técnicas e ambientais mínimas e com os níveis de serviço e requisitos definidos no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- c) O Adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares, bem como às demais disposições impostas pela AdCL, nos termos do “Regulamento para Fornecedores”, “Código de Conduta de Fornecedores” e do próprio sistema de gestão de responsabilidade empresarial em vigor, sendo por sua conta os encargos que de tal resultem;
- d) O Adjudicatário deve disponibilizar a informação e os registos necessários à verificação do cumprimento do estabelecido no ponto anterior;
- e) O Adjudicatário deve conduzir a sua atividade de forma ética e socialmente responsável e a adotar os princípios e valores éticos da AdCL, assinando para o efeito as Declarações de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores e Regulamento para Fornecedores, que fazem parte integrante do processo patenteado a concurso;
- f) Não alterar as condições do fornecimento do produto fora dos casos previstos nos presentes Caderno de Encargos;
- g) São da responsabilidade do Adjudicatário os fornecimentos e todos os encargos necessários à injeção de oxigénio nas condutas elevatórias das estações elevatórias, nomeadamente, transporte e fornecimento de consumíveis e de todo o equipamento necessário à utilização de Oxigénio puro como agente de controlo de septicidade nas estações elevatórias, com exceção do descrito na cláusula 14.^a.
- h) Cumprir integralmente a legislação em vigor no domínio da Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho e Responsabilidade Social;
- i) Informar todos os trabalhadores dos métodos de trabalho e dos riscos, assim como das medidas de segurança a respeitar;
- j) Os riscos nas fases de transporte, acondicionamento, embalagem, carga e descarga da entrega dos bens são da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário;
- k) No final do contrato, é da responsabilidade do Adjudicatário o levantamento de todos os equipamentos instalados no âmbito do presente contrato, num prazo de 2 semanas;
- l) Garantir a instalação de sistema de telemetria, para garantir que as entregas são feitas sem necessidade de intervenção do Contraente Público;
- m) Monitorizar o sistema de telemetria de forma a garantir o abastecimento do produto sem interrupções do funcionamento do sistema;

- n) Monitorizar o sistema de telemetria de forma a garantir que a quantidade mínima por abastecimento não é inferior a 70% da capacidade do reservatório;
- o) Garantir o licenciamento do sistema de armazenamento e injeção de Oxigénio líquido, a instalar nos recintos das Estações Elevatórias;
- p) Cumprir todas as disposições legais aplicáveis, designadamente de transporte e manuseamento do produto;
- q) Providenciar, a suas expensas, todos os equipamentos e meios necessários para a descarga do produto fornecido;
- r) Entregar e atualizar o Documento de Identificação do Produto, a rotulagem e a Ficha de Dados de Segurança (FDS) do Produto, sempre que se justificar e de acordo com as disposições legais em vigor;
- s) A Ficha de Dados de Segurança do produto, deve estar de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 293/2009, de 13 de outubro, no Regulamento (CE) n.º 1907/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006, com a redação em vigor, bem como no Regulamento CE n.º 1272/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro de 2008, elaborada segundo o Anexo I do Regulamento (UE) n.º 453/2010 da Comissão de 20 de Maio de 2010;
- t) Ressarcir a Contraente Público dos montantes correspondentes das multas aplicadas na sequência de processos contraordenacionais, cujos factos resultam de atos ou omissões suas, designadamente, relacionadas com o fornecimento, transporte, manuseamento e descarga, e que não sejam imputáveis ao Contraente Público.

Cláusula 5.^a

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. No que diz respeito ao cumprimento dos requisitos do Sistema de Gestão, que se encontram expressos no Regulamento para Fornecedores, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a celebração do contrato, o Adjudicatário deverá apresentar os documentos constantes no Anexo I do RG.01 – Regulamento para Fornecedores, a submeter a aprovação da AdCL.
2. No prazo máximo de 10 (dez) dias, após a celebração do contrato, o Adjudicatário deve apresentar a Ficha de especificação técnica do produto, que deverá traduzir as características e especificações técnicas identificadas no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, bem como o cumprimento do Regulamento (CE) n.º 1907/2006 e Regulamento CE n.º 1272/2008, do Parlamento Europeu.
3. O Adjudicatário dispõe de um máximo de 4 (três) semanas, após a celebração do contrato, para a instalação dos equipamentos necessários ao bom funcionamento do sistema.

4. No prazo máximo de 3 (três) semanas, após a instalação dos equipamentos, o Adjudicatário deve instruir os processos de licenciamento de acordo com o número 2, da Cláusula 1.^a
5. A AdCL analisa os documentos e verifica a instalação dos equipamentos referentes aos n.º 1, 2, 3 e 4 no prazo máximo de 10 (dez) dias, comunicando por escrito, ao Adjudicatário, da sua validação ou solicitando a necessidade de corrigir / complementar eventuais discrepâncias com exigências legais ou especificado.
6. O início da execução do contrato só pode ocorrer após a validação integral dos documentos e instalação de equipamentos exigidos nos n.º 1, 2, 3 e 4, por parte da AdCL.

Cláusula 6.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O Adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no **Anexo I** aos presentes Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
4. O Adjudicatário é responsável perante o Contraente Público por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 7.^a

Entrega dos bens

1. As entregas do produto serão feitas com base na monitorização do sistema de telemetria e são da responsabilidade do Adjudicatário.
2. No caso de eventual falha do sistema de telemetria, deverá o Adjudicatário proceder à entrega dos bens nos locais de descarga no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a encomenda pelo Contraente Público.
3. Os pedidos de entrega referidos no número anterior são formalizados por correio eletrónico, com indicação de referência do produto, quantidade pretendida, local de entrega e indicação da nota de encomenda respetiva, com a antecedência devida para o cumprimento dos prazos estabelecidos para a entrega do produto.
4. Os locais de entrega do produto são os definidos no **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos.

5. O produto deve ser entregue no horário normal de funcionamento, entre as 9h00 e as 18h00, sem prejuízo de horário diverso acordado entre a Contraente Público e o Adjudicatário.
6. O Adjudicatário deverá efetuar a comunicação antecipada das entregas de modo a permitir a organização das equipas do terreno.
7. O Adjudicatário deve entregar os produtos observando as obrigações previstas no **Anexo I** aos presentes Caderno de Encargos.
8. O Adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização daqueles e toda a documentação legal necessária à sua circulação.
9. Nas operações de descarga, o Adjudicatário, diretamente ou por intermédio de um subcontratado, obriga-se a cooperar na operação de descarga do produto nas instalações do Contraente Público, devendo os transportadores estar munidos dos equipamentos de proteção individual (EPI) adequados.
10. Os meios para a descarga dos bens são da responsabilidade do Adjudicatário e em caso algum a ausência dos mesmos pode servir como justificação de falta de condições para a entrega dos mesmos.
11. A entrega dos bens é sempre acompanhada da Guia de Remessa, da qual deve constar:
 - Data de entrega;
 - Identificação do Adjudicatário;
 - Identificação do Contraente Público e local de entrega;
 - Data da encomenda e número da nota de encomenda;
 - Indicação dos produtos (quantidade e lote de fabrico).
12. Realizada a entrega, o Adjudicatário fica na posse de uma cópia da guia de remessa, assinada por um representante do Contraente Público, constituindo prova bastante da entrega dos bens.
13. A assinatura da guia de remessa pelo Contraente Público não implica a aceitação de eventuais discrepâncias dos bens com as características previstas nos presentes Caderno de Encargos.
14. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do Adjudicatário.

Cláusula 8.^a

Verificação

1. Após a entrega dos bens pelo Adjudicatário, o Contraente Público dispõe de um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para proceder à verificação qualitativa do mesmo, aferindo eventuais irregularidades ou a existência de defeitos de fabrico.
2. O Contraente Público deve transmitir ao Adjudicatário todas as irregularidades encontradas, sendo que, findo o prazo mencionado no número anterior sem que tenha comunicado a existência de desconformidades, considera-se que há lugar à aceitação definitiva do produto.
3. Caso os bens entregues não se encontrem em conformidade com o disposto nos presentes Caderno de Encargos e na legislação aplicável, será da responsabilidade do Adjudicatário a correção das anomalias detetadas, nomeadamente através da substituição do mesmo.
4. Em caso de desconformidade dos bens, o Adjudicatário dispõe de um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 2 para proceder à substituição do mesmo.
5. Quando as deficiências e irregularidades detetadas não impliquem a devolução dos bens, o Adjudicatário dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 2, para suprir as deficiências e irregularidades detetadas.
6. Todos os encargos com a devolução e a substituição dos bens são da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário.
7. A devolução dos bens pelo Contraente Público nos termos da presente cláusula não confere ao Adjudicatário o direito a qualquer indemnização.

Cláusula 9.^a

Alteração da definição técnica

1. Sempre que se verifique a alteração da definição técnica de produção do produto fornecido, o Adjudicatário deve proceder à sua substituição, submetendo os termos de atualização à Entidade Adjudicante juntamente com uma declaração emitida pelo fabricante do produto ou pelo representante oficial em Portugal, que confirme a alteração.
2. Entende-se por definição técnica do produto nomeadamente a alteração da sua composição, alteração gráfica e alteração da codificação.
3. A atualização do produto a fornecer deve obedecer aos seguintes requisitos:
 - a) Manutenção das características do produto constantes da proposta inicial;
 - b) Manutenção dos requisitos legais, técnicos, funcionais e ambientais mínimos exigidos;

- c) Equivalência de preços;
- d) Inalterabilidade das condições contratuais.

Cláusula 10.^a

Dever de sigilo

1. O Adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o contraente público lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 11.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do Contraente Público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções do Contraente Público no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.

5. O Adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo Contraente Público, ou por quem atue em representação deste.
6. O Adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o Adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
7. Mediante solicitação escrita do Contraente Público, o Adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
8. O Adjudicatário deve comunicar de imediato ao Contraente Público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
9. O Adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato o Contraente Público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
10. Se o Adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o Contraente Público disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o Contraente Público possa razoavelmente solicitar.
11. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o Contraente Público:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
12. O Adjudicatário obriga-se a ressarcir o Contraente Público por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de compliance do Adjudicatário é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo Contraente Público, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 12.^a

Conservação de dados pessoais

1. O Adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo Contraente Público.
2. Dependendo da opção do Contraente Público, o Adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 13.^a

Transferência de dados pessoais

O Adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do contraente público, exceto se o Adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o contraente público antes de proceder a essa transferência.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA ADCL

Cláusula 14.^a

Condições gerais

1. Disponibilizar o acesso às instalações para a entrega do produto fornecido, salvo situações excecionais previamente acordadas entre as partes (como por exemplo, restrições de horários de entrega associados aos regimes de funcionamento das instalações).
2. Gerir o contrato, designadamente através da monitorização dos consumos e da supervisão da aplicação das condições negociadas.

3. Disponibilizar energia elétrica para o acionamento da bomba de transfeção do camião cisterna de abastecimento (380V, 63A), bem como fornecer a energia necessária para o normal funcionamento do sistema.
4. Disponibilizar tomada de água para a descongelação das válvulas dos depósitos criogénicos após o abastecimento.
5. Efetuar os trabalhos de infraestruturas necessários para permitir a instalação e licenciamento dos equipamentos de armazenamento e injeção de oxigénio nas diversas estações elevatórias.

Cláusula 15.^a

Preço contratual máximo e preços base unitários

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes dos presentes Caderno de Encargos, a AdCL deve pagar mensalmente ao Adjudicatário os preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço máximo contratual é de 242.235,00€ (*duzentos e quarenta e dois mil, duzentos e trinta e cinco euros*), para o prazo máximo de 3 (três) anos.
3. Os preços base unitários, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, são os seguintes:

Art.º	Instalação de entrega	Preço base unitário para a locação mensal (€/instalação)	Preço base unitário para o reagente (€/ton)
1	EES I	250€	235€
2	EES4	250€	235€
3	EES9	250€	235€
4	EES I4	250€	235€
5	EES I8	250€	235€
6	EEL I	250€	235€

4. Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à AdCL, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, transfeção do produto, disponibilização, instalação e levantamento de todo o equipamento de armazenamento, doseamento, injeção e monitorização, todos os trabalhos preparatórios ou acessórios ao fornecimento, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 16.^a

Remuneração

O adjudicatário será remunerado mensalmente pela aplicação dos preços unitários contratuais às quantidades realmente fornecidas em cada mês, salvaguardando as condições previstas no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 17.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela AdCL, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pela AdCL das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens e validação da respetiva guia de remessa.
3. Em caso de discordância por parte da AdCL, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pelo contraente público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Adjudicatário, devendo, no entanto, o contraente público proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs 1 a 3 devem ser apresentadas até ao dia 4 do mês seguinte a que se referem, conter a menção da respetiva nota de encomenda e as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Adjudicatário.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 18.^a

Faturação

1. As faturas a apresentar pelo Adjudicatário ao Contraente Público, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. Durante o período transitório estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro e pelo

Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril, as faturas são emitidas pelo adjudicatário em formato papel, ou preferencialmente em formato PDF certificado por email para f.fornecedores.adcl@adp.pt (até a data limite estabelecida no despacho 129/2020–XXII do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF) e atualizações posteriores, as faturas em PDF são consideradas faturas eletrónicas para todos os efeitos previstos na legislação fiscal).

3. Decorrido o período transitório referido no número anterior e após confirmação pelo Contraente Público, as faturas eletrónicas a emitir pelo adjudicatário deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa ESPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..

4. Caso o adjudicatário não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:

a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em:

<https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>.

b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores:

<https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintabl>.

c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIUS.

5. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pelo Contraente Público não será objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 19.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pelo Contraente Público, identificado no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Adjudicatário.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao Adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 20ª

Modificação objetiva do contrato

A modificação objetiva do contrato, prevista nos artigos 311º e seguintes do CCP é possível ao abrigo do presente, nomeadamente, respeitando-se os fundamentos previstos no artigo 312º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual do Adjudicatário

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318º do Código dos Contratos Públicos, o Adjudicatário pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do Contraente Público.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318º do Código dos Contratos Públicos.
3. O Contraente Público deve pronunciar-se sobre a proposta do Adjudicatário no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A subcontratação pelo Adjudicatário depende de autorização do Contraente Público, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 22.ª

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a AdCL pode exigir do Adjudicatário o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das obrigações previstas nos números 1 e 2 da Cláusula 7.^a, uma sanção contratual por cada dia de atraso, até ao valor máximo de 5% do valor da encomenda em causa;
 - b) Pelo incumprimento das obrigações previstas nos números 4 e 5 da Cláusula 8.^a, uma sanção contratual por cada dia de atraso, até ao valor máximo de 5% do valor da encomenda em causa;
 - c) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 10% do valor do contrato;
 - d) Pelo incumprimento de cada situação detetada das suas obrigações contratuais no que se refere ao não cumprimento da legislação e normativos legais de qualidade, ambiente, segurança, higiene e saúde ocupacional, energia e responsabilidade social, uma multa diária de 100€ (*cem euros*).
2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Adjudicatário, o Contraente Público pode exigir-lhe uma sanção contratual de até 20% do valor global do contrato.
5. Ao valor da sanção contratual prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na respetiva entrega tenha determinado a respetiva resolução.
6. O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
7. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 23.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;

- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza o contraente público a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o fornecedor direito a qualquer indemnização.

Cláusula 24.ª

Resolução do contrato por parte do contraente público

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:
- a) Se o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem no âmbito do Contrato;
 - b) Declaração escrita do Adjudicatário de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;

- c) Se o Adjudicatário atrasar a entrega dos bens, de acordo com o descrito na Cláusula 7.^a, por um período superior a 30 (*trinta*) dias;
- d) Se o Adjudicatário atrasar a substituição dos bens, de acordo com o descrito na Cláusula 8.^a, por um período superior a 15 (*quinze*) dias;

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos nos presentes Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo Contraente Público.

Cláusula 25.^a

Resolução do contrato por parte do Adjudicatário

- 1. O Adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 26.^a

Seguros

- 1. É da responsabilidade do Adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:
 - a) Seguro de acidentes de trabalho;
 - b) Seguro de Responsabilidade Civil que cubra o valor do contrato e as operações a executar pelo Adjudicatário ao abrigo do mesmo.
- 2. O contraente público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número 1, devendo o Adjudicatário prestá-la no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 27.ª

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 28.ª

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre o Contraente Público e o Adjudicatário relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contactos identificados no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada com aviso de receção é considerada recebida na data de assinatura do aviso, ou, na sua falta, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 29ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 30.ª

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.



Cláusula 31.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO PRODUTO

Símbolo químico:	O ₂
Designação:	Oxigénio (O ₂)
Massa molar:	32,00 g/mol
Pureza, % vol.:	≥ 99,5
Classificação da Substância:	 
Ponto triplo:	Temperatura: 54,4 k (-218,8°C) Pressão: 1,5 mbar Calor latente de fusão: 13,9 kJ/kg
Ponto de ebulição a 1013 mbar:	Temperatura: 90,2 k (-118,6°C) Calor latente de ebulição: 213 kJ/kg
Ponto crítico:	Temperatura: 154,6 k (-118,6°C) Pressão: 50,4 bar Densidade: 0,436 kg/litro
Estado gasoso a 1 bar e 15°C:	Densidade relativa ao ar: 1,105
Classificação de transporte/ADR:	Classe 2, 3° O N° ONU 1073

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS SISTEMAS DE ARMAZENAMENTO, DOSEAMENTO E INJEÇÃO DE OXIGÉNIO

A. De forma a garantir o fornecimento de oxigénio puro como agente de controlo de septicidade nas estações elevatórias, definidas no **Anexo III** do presente Caderno de Encargos, o Adjudicatário deve disponibilizar e instalar todo o equipamento de armazenamento, doseamento, injeção e monitorização, nomeadamente:

- i.** Depósito criogénico para oxigénio (as dimensões dos reservatórios deverão ser calculadas tendo em conta os consumos previstos em cada estação e tendo em vista a redução do número necessário de abastecimentos);
- ii.** Vaporizador atmosférico;
- iii.** Paine de Controlo para regulação e dosagem de Oxigénio;
- iv.** Sistema de dissolução de Oxigénio puro;
- v.** Tubagens e acessórios necessários às interligações dos vários componentes do sistema;
- vi.** Sistema de telemetria.

B. O sistema de injeção de oxigénio a instalar em cada uma das estações elevatórias deverá garantir que o gás é introduzido diretamente no seio do líquido através de difusor montado na tubagem, o mais próximo possível do grupo de bombagem.

C. O sistema deverá ser instalado numa picagem na tubagem do efluente, onde é montada uma válvula de corte. A cabeça difusora do injetor alcançará o interior da tubagem atravessando essa válvula, devendo permitir esta montagem a possibilidade de retirar o injetor a qualquer momento, sem ser necessária a despressurização da tubagem e o seu esvaziamento.

D. Em cada uma das estações elevatórias deverá ser instalado equipamento de regulação, controlo e monitorização da injeção de Oxigénio, sendo que este equipamento deverá permitir que a injeção do oxigénio, proveniente do sistema de evaporação na fase gasosa, seja realizada em condições de pressão e caudal controlados e de acordo com a necessidade de oxigénio do efluente transportado.

E. Os reservatórios a instalar deverão ser acompanhados de cópia do respetivo Certificado de Aprovação de Construção.

ANEXO II

QUANTIDADES PREVISTAS

Art.º	Instalação de entrega	Locação depósito de oxigénio (Unid/3 anos)*	Quantidades estimadas de oxigénio (ton/3 anos)**
1	EES I	36	180
2	EES4	36	240
3	EES9	36	150
4	EES I4	36	75
5	EES I8	36	120
6	EEL I	36	36

* Corresponde à locação mensal do depósito instalado em cada instalação.

** Corresponde às quantidades que estimamos que sejam fornecidas de reagente para cada instalação.

ANEXO III

LOCALIZAÇÕES DAS INFRAESTRUTURAS

Instalação de entrega	Morada	Coordenadas	
EES I	Rua Central Sul, Casal de São Tomé, Mira	40°25'31.0"N	8°45'02.0"W
EES4	Estrada Florestal - M594-4, Gafanha do Areão	40°30'59.3"N	8°45'53.9"W
EES9	Rua do Crasto (Marinha Castelhana), Verdemilho, Aradas	40°37'33.7"N	8°39'48.0"W
EES I 4	Rua José Almeida Azevedo - EM593, Moitas, Vagos	40°33'21.8"N	8°41'47.7"W
EES I 8	Rua Comendador Egas Salgueiro, Gafanha da Nazaré	40°38'42.3"N	8°42'00.9"W
EEL I	Rua do Monte Longo, Azinhaga de Portouros, Oliveira do Bairro	40°29'51.9"N	8°31'35.0"W